

Grande reunião nos EUA, para discutir o plano de Baker.

Cem representantes de 60 bancos reuniram-se ontem, sob o patrocínio do Instituto de Finanças Internacionais — um centro de estudos criado pelos próprios bancos em 1982 para acompanhar a dívida externa dos países em desenvolvimento —, a fim de trocar idéias sobre como implementar sua participação no chamado "Plano Baker", que visa a ampliar os fluxos de recursos destinados às 15 principais nações devedoras.

A reunião, segundo fontes que ajudaram a preparar as posições de seu banco para o encontro de ontem em Washington, não teve por objetivo decidir nada fundamental. Na verdade, disse uma dessas fontes, os bancos estão sendo solicitados a fazer o que já vinham fazendo em muitos casos. "Estamos interessados agora em saber como as outras instituições chamadas a colaborar poderão aumentar sua participação", explicou, referindo-se ao Banco Mundial e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Não custará nada ao Instituto de Finanças Internacionais demonstrar apoio em princípio à idéia lançada há duas semanas pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, James Baker, em Seul, durante a assembléia anual do FMI e do Banco Mundial. Naquela ocasião, Baker recomendou aos bancos privados que emprestassem 20 bilhões de dólares (dinheiro novo) em três anos a um grupo de 15 países devedores, nove dos quais são latino-americanos. Além disso, sugeriu que as instituições multilaterais de desenvolvimento (como o Banco Mundial) emprestassem em conjunto mais nove bilhões

em três anos (três bilhões de dólares por ano) ao mesmo grupo.

Um grande banco norte-americano acha que o Tesouro dos Estados Unidos subestimou as necessidades dos países altamente endividados, ao sugerir aumento de apenas 2,3% nos empréstimos dos bancos privados ao grupo. Considerando apenas os dez principais devedores entre os 15, este banco calculou serem necessários entre 27 e 28 bilhões de dólares nos próximos três anos. Suas projeções baseiam-se no exame das exportações e importações desses países nos próximos anos, no nível mínimo de atividade econômica que poderiam aceitar no período, nos tipos de política econômica que deverão adotar, na carga provável dos juros, no comportamento de sua conta corrente, nos fluxos de capital não-bancário, nas necessidades de recomposição de reservas, no crescimento dos países industrializados, nas taxas de inflação desses países etc.

Nas projeções, os países da OCDE deverão continuar crescendo moderadamente nos próximos três anos, com baixa taxa de inflação. As taxas de juros continuarão mais ou menos nos níveis atuais: cairão um pouco no próximo ano para voltar a subir em 1987. Os preços do petróleo continuarão em queda no próximo ano, para estabilizar-se depois (essa é uma previsão que fazem cautelosamente). Os termos de intercâmbio dos países em desenvolvimento melhorarão, com a recuperação dos preços de alguns produtos primários. Tudo isso presume que os países industrializados adotarão políticas econô-

micas estáveis e que os devedores continuarão participando do jogo segundo as regras convencionais.

Um país que não está jogando exatamente de acordo com as regras do jogo é o Peru, que, na semana passada, segundo informações dos meios financeiros, teve sua classificação creditícia rebaixada para value impaired por um comitê de órgãos do governo dos Estados Unidos que regulamenta a atividade bancária. O Peru, assim, passa a fazer companhia à Nicarágua e à Bolívia.

O comitê do governo norte-americano é formado pelo Departamento do Tesouro, pela Junta da Reserva Federal, pelo controlador da moeda e pela FDIC (Corporação Federal de Seguro de Depósitos). Com sua decisão, os bancos norte-americanos serão obrigados a constituir reservas correspondentes ao volume de seus empréstimos ao país. No caso do Peru, segundo uma das fontes, essas reservas são de 15%. Mas o nível de reservas varia de caso para caso. No caso da Nicarágua, é de 75%.

A decisão do comitê foi adotada em reunião iniciada na segunda-feira da semana passada e parece ter sido uma resposta das autoridades norte-americanas às declarações de autoridades peruanas, feitas em Seul. O presidente do Banco Central do Peru havia dito, então, estar surpreso com a atitude passiva dos bancos credores diante da decisão de seu país de limitar o serviço da dívida externa a 10% da receita de exportações.

A.M. Pimenta Neves, de Washington.